



ISSN: 2230-9926

Available online at <http://www.journalijdr.com>

IJDR

International Journal of Development Research

Vol. 12, Issue, 07, pp. 57282-57287, July, 2022

<https://doi.org/10.37118/ijdr.24878.07.2022>



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

O TRANSLADO DA IDEOLOGIA HETERONORMATIVA NA UNIVERSIDADE: ESTUDO DE CASO EM UNIVERSIDADE PÚBLICA

¹Andressa Fabiany Santiago de Souza and ^{2,*}Kátia Paulino dos Santos

¹Pedagoga, Amapá, Brasil; ²Professora Adjunta da Universidade do Estado do Amapá (UEAP), Amapá, Brasil

ARTICLE INFO

Article History:

Received 25th April, 2022

Received in revised form

29th May, 2022

Accepted 24th June, 2022

Published online 25th July, 2022

Key Words:

Heteronormatividade, Diversidade, Gênero, Sexualidade.

*Corresponding author: Murillo de Oliveira Dias

ABSTRACT

A matriz cultural edificada pelo viés heteronormativo incide no controle de corpos de modo a minimizá-los aos seus moldes, incorrendo as questões de diversidade de gênero e sexualidade, o que acaba por incidir no apagamento ou fusão quanto às pluralidades que os envolvem. Atrelado a isto, o cenário atual se faz concernente a esta problemática, tendo em vista seu caráter ultraconservador, tendo ímpeto direto quanto ao silenciamento dos debates que os envolvem, principalmente a âmbito educacional, pautados em um movimento “antigênero” declinando a temática como “tabu” e, propagação de *fake news* que estereotipam os sujeitos, reforçando preconceitos, manifestações através da linguagem. Desta forma, considerando o ambiente universitário como acessível ao debate de pluralidades este estudo pautou-se em analisar as contribuições do Colegiado de Pedagogia da UEAP na discussão sobre a diversidade de orientação sexual e heteronormatividade no ambiente universitário e seus efeitos no cotidiano acadêmico dos alunos LGBTQIA+. Para tanto, utilizou-se como alicerce metodológico o método dialético através da pesquisa qualitativa, quanto aos procedimentos técnicos utilizou-se o estudo de caso, para a análise de dados, foi-se utilizado a análise de conteúdo (AC). Os resultados mostraram que a universidade age em caráter acessível quanto às ações e debates sobre a temática através de eventos que intentam promover o reconhecimento destas pluralidades e agir quanto aos efeitos da heteronormatividade no ambiente universitário, no entanto, os sujeitos rebelaram o descontentamento quanto à temporalidade destes, sendo majoritariamente realizado somente em datas comemorativas.

Copyright © 2022, Andressa Fabiany Santiago de Souza and Kátia Paulino dos Santos. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Andressa Fabiany Santiago de Souza and Kátia Paulino dos Santos. “O traslado da ideologia heteronormativa na universidade: estudo de caso em universidade pública”, *International Journal of Development Research*, 12, (07), 57282-57287.

INTRODUCTION

Hodiernamente, padrões impostos estão sendo trasladados de modo a contestá-los em razão de direitos de cada ser humano esbanjar sua verdadeira essência. Assim, camadas “anteriormente” marginalizadas cada vez mais reivindicam a legitimação de seus espaços. As lutas LGBTQIA+ desde o seu engendro percorrem um trajeto árduo, da buscar por sua voz, por seus direitos, por uma vida com dignidade. Em âmbito internacional, a homossexualidade ainda é criminalizada em 70 países segundo a ILGA (*International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association*, 2019). No Brasil, a violência LGBTQIA+ cresce, sendo este considerado o país que mais mata travestis e transexuais no mundo segundo a ONG *Transgender Europe* (2019), tendo um aumento de 41% nestes homicídios no ano de 2020. (SUDRÉ, 2020). No Amapá, até o ano de 2013, não havia registros de institutos normativos municipais ou estaduais ao que se referem os direitos da comunidade LGBTQIA+, sendo somente em 2016 regulamentada a lei ordinária nº 1.999 de março de 2016 que autorizou a criação do CELGBT-AP (Conselho dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do Estado do Amapá), com incumbência quanto a este público, de modo

a elaborar e fiscalizar políticas públicas em prol de igualdade de direitos aos LGBTQIA+. Em uma visão mais endógena, os colegiados possuem uma maior proximidade com o aluno, o que se destaca um papel direto de proximidade com as questões sociais que emergem como a questão da diversidade apresentada. Em razão disso é fundamental compreender as contribuições, suas posições e estratégias para o alvo evidenciado, através de sua matriz curricular, suas ementas, sua relação com os licenciandos. Uma contribuição direta a problemática do preconceito que assola os sujeitos dentro e fora de sua comunidade. Este estudo parte da seguinte interrogação: quais as contribuições do colegiado de pedagogia da Universidade do Estado do Amapá na discussão sobre a diversidade de orientação sexual e heteronormatividade no ambiente universitário e seus efeitos no cotidiano acadêmico dos alunos LGBTQIA+? Partindo-se de uma concepção mais íntima, prospectando compreender como se dá este acolhimento ao acadêmico LGBTQIA+, com incidência a abordagem do tema também como eixo curricular alicerçador de futuros profissionais que terão contato com a multiplicidade dos sujeitos. Dada estas reflexões, este estudo possui como objetivo geral: Analisar as contribuições do Colegiado de Pedagogia, da Universidade do Estado do Amapá na discussão sobre a diversidade de orientação sexual e heteronormatividade no ambiente universitário e seus efeitos no cotidiano acadêmico dos alunos LGBTQIA+. Possui ainda como

objetivos específicos: (a) identificar a vivência de preconceitos no ambiente universitário em função da orientação sexual; (b) evidenciar na matriz curricular as disciplinas que tratam sobre diversidade, alteridade e respeito às diferenças; (c) verificar se a Universidade promove um ambiente de debate acerca da diversidade de gênero e de orientação sexual. Utilizou-se como base metodológica o método dialético, com pesquisa qualitativa. Com relação aos procedimentos técnicos, trata-se de estudo de caso, realizado com os acadêmicos do Curso de Pedagogia, da Universidade do Estado do Amapá, bem como os docentes e a gestão do curso.

EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE DE GÊNERO: A construção do discurso de normatização dos corpos, isto é, uma potencialização de estereótipos de aversão ao que não se encaixa aos termos construídos reflete na abordagem curricular. Parte-se da premissa que já foi determinado outrora os papéis entre os sujeitos, o que torna os olhares mais restritos ao se tratar de diversidade. Nessa perspectiva, o currículo é orientado a partir de uma ideologia dominante (NASCIMENTO, 2010). Moreira (1997, p.11), também nessa esteira de pensamento diz que o currículo é “entendido como algo construído cultural, histórica e socialmente determinada”. Foucault (1969) trabalha com a construção de histórica de poder, de como o dominante impõe sua verdade, que se desdobra em controle social da vida dos indivíduos, nota-se que o autor não remete a uma teoria do poder, mas sim um estudo analítico deste, ou seja, suas relações. Através deste percurso analítico histórico que chamara sua atenção para os exércitos, os hospitais, as prisões e suas sistemáticas, de modo a manipular o homem como objeto, um adestramento cultural cujo objetivo é a normalização e controle dos indivíduos de acordo com as vontades e verdades do poder. Toda essa construção é objeto da discussão de enfrentamento a discriminação de gênero e sexualidade, reforça-se o que se iniciou a discussão. A luta contra a normatização que prevalece, a heteronormatividade. “Os métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõe uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar de disciplina” (FOUCAULT, 1987, p.133). O currículo reforça a dicotomia, a normatização dos corpos em um discurso de poder, o que reforça ações discriminatórias, de modo a fortificar “armários”, isto é, colaborando para que indivíduos não se sintam a vontade de serem quem realmente são, ocorre um controle dos corpos (DINIS, 2011). Este age de forma sistematizada de modo a filtrar o que é aceitável ou não, o que certo ou não, o que é conhecimento ou não. A omissão das temáticas de diversidade sexual e gênero constituem uma forma imersa de homofobia, assim camuflando as discussões e reflexões acerca de identidades e sexualidades que não decorrem de um padrão heteronormativo. (DINIS, 2011) Nesta esteira de pensamento, Louro (2013) denuncia a posição regulamentadora dos currículos ao se omitirem ao que tange estas questões, de modo que estas instituições reforçam estereótipos, ao passo que transforma em excêntrico o que não se encaixa nos moldes normativos. Tendo em vista o caráter ideológico presente de quem os edificou, estes têm o poder de transformar ambientes educativos em lugares com potencial viés de discriminações incidindo a estranheza ao diferente. (JUNQUEIRA, 2012). Assim, não raro, ocorrem manifestações de homofobia, machismo, heterossexismo etc. Ou seja, aversão do diferente. A não manifestação é uma forma de posicionamento, ao serem camuflados temáticas inerentes a diversidade, se reforça um descuido quanto estas questões sociais e permeia na visão conservadora normativa. De modo a tornar-se este ambiente favorável a práticas preconceituosas que manifestam violências em diferentes formas. Isto atrelado as demais normatizações presentes na escola, de controle dos corpos em seus vieses temporais, de vestimenta, regras, ritos etc. (JUNQUEIRA, 2010). Assim, pode-se visualizar a problemática na carência e camuflagem acerca das diversidades de gênero e sexualidade, o que alenta as abordagens dicotômicas nas instituições, fazendo com que haja apagamento de identidades, sexualidades e orientações que não decorrem do estabelecimento heteronormativo. O que, também, propicia estes locais a práticas de discriminações contra estes sujeitos. A perspectiva pautada na visão cisgênero e heterossexual não reconhece as multiplicidades de sujeitos que existem, o que recai em não demonstrações de quem realmente são, em preconceitos contra o

diferente. Não há como discorrer sobre a complexidade de gênero e sexualidade limitando-os a perspectiva que reitera a noção tão somente biológica, ou omitir-se. Pois, “frequentemente há uma omissão, por parte das agências formadoras, não fornecendo subsídios para uma conduta que futuramente será exigida no cotidiano de trabalho na escola” (OLIVEIRA *et al.*, 2013, p. 39). Deve-se ter uma visão holística, a contextualização de onde se estar, como se estar. O envolvimento no contexto social, a linguagem, hierarquias, economia, situação política.

Não é novidade nos cursos de licenciatura a ausência, para a formação de docentes, de subsídios que lhes proporcionem a construção de um arcabouço teórico- metodológico que os ajude a lidar com as diferenças. Essa ausência se amplia ainda mais quando a diferença se refere a questões de gênero e das sexualidades –ou orientações sexuais, termo mais comumente (re)conhecido na arena das políticas públicas (VENCATO, 2015, p. 17).

Dessa forma, como o professor abordará este assunto, assim como promoverá o debate mediante as adversidades construídas, as limitações, as relações. O caminho é o pressuposto de entendimento, de libertação de pontos dicotômicos que persistem ao caminhar dos discursos. Assim, o docente deve-se ser direcionado a clarificar o caminho para que os alunos possam sentir-se próprios. A fim de proporcionar um local de diálogo e acolhimento, e compreensão. Faz-se necessário um docente aberto ao diálogo, a reflexo sobre os corpos, sobre as tentativas de difusão de gênero e sexualidade, as cristalizações, uma visão além da questão biológica. Para que se interrompa o processo de normatização dos corpos, de gênero e sexualidade. Borriolo (2009) discorre que as formações docentes ainda possuem lacunas ao que concernem estudos aprofundados nas teorias educacionais que abordam tanto sexualidade, como gênero. Conforme exposto, o professor atuará diretamente com questões relacionadas ao objeto em discussão. Ratifica-se a relevância de uma formação sólida, e de uma formação continuada, este ainda reitera que o profissional sem respaldo teórico poderá rebelar em homofobia, transfobia, bifobia. O papel educacional quanto às diversidades é suscetível ao debate, levando em consideração sua posição social (FOUCAULT, 1969), no entanto, dadas estas edificações o ambiente educacional declina-se a um “lugar de ocultamento” (LOURO, 2011, p.30) de modo a reiterar as acepções binárias de gênero, sexualidade e orientação sexual. Destarte, faz-se inerente explorar além das posições reiteradas que se declinam a heteronormatividade nos currículos e matrizes curriculares, tendo impacto na formação dos futuros educadores, bem como no acolhimento e reconhecimento dos alunos LGBTQIA+.

METODOLOGIA DA PESQUISA

O método de abordagem da pesquisa consistiu no dialético, que configura no contraste de ideias que sublimem, de modo a erigir novas contradições. Utilizou-se abordagem qualitativa, por meio de estudo de caso. O estudo baseou-se nas teorias de Yin (2011), que afirma que estudo de caso é uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, sendo que os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. O estudo foi desenvolvido na Universidade do Estado do Amapá (UEAP), localizada na Avenida Presidente Vargas, nº650, bairro central de Macapá. A Universidade foi instituída através da lei nº0996 do mesmo ano. A instituição contempla dois polos: O campus I localizado em Macapá, e o campus II localizado no território dos Lagos no município de Macapá. O Curso de Licenciatura em Pedagogia tem duração de oito semestres, e é ofertado em suas modalidades regular e modular, sendo este através da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica (PARFOR) de modo presencial e de acordo com as os devidos ajustes necessários, e aquele ofertado nos três turnos de ensino (Matutino vespertino e noturno). A estruturação do curso detém por base legal o Parecer 05/2005, a resolução CNE/CP de 2006, e a Lei de

Diretrizes e Bases da Educação. O Curso possui quatro grupos de pesquisa em diferentes eixos temáticos, de modo a ampliar a escolha do acadêmico nas diversas áreas que o curso de licenciatura em pedagogia abrange. Os sujeitos da pesquisa foram quatro acadêmicos pertencentes a comunidade LGBTQIA+, tendo por orientação sexual: gay, e por identidade de gênero: homens cis, sendo dois do 6º semestre e dois do 8º semestre. O critério utilizado para a escolha destes consistiu primeiramente ao fato de serem pertencentes a comunidade LGBTQIA+ tendo em vista o ponto de reflexão deste estudo. Secundamente, ao fato de estarem nos últimos semestres da graduação, desta forma, já possuem tempo considerável na Universidade para as reflexões da pesquisa. O quantitativo consistiu em uma análise acerca dos alunos LGBTQIA+ destes semestres, a qual se constatou somente estes quatro sujeitos assumidos. Além destes, foram sujeitos da pesquisa também os docentes que atuam na área de diversidade de gênero e sexualidade, totalizando três professores. Bem como a coordenadora do Curso de Licenciatura em Pedagogia. Quanto aos docentes, os critérios utilizados consistiram na atuação de disciplinas que tratem de diversidades, bem como, também, ao critério temporal. Neste caso, docentes que atuassem há pelo menos quatro anos na instituição, sendo este tempo a duração da graduação de licenciatura em pedagogia, logo, docentes que já tivessem contato com pelo menos uma turma formada. Quanto à coordenação do Curso, o critério utilizado foi a atuação desta profissional frente o lócus de pesquisa (Colegiado de Pedagogia).

Para a efetivação dos objetivos propostos, a primeira etapa de coleta de dados ocorreu em dois momentos. A priori foram utilizados como instrumentos de pesquisa roteiro de entrevista com perguntas abertas, gravador de voz. Tendo em vista o contexto pandêmico vivenciado, somente duas entrevistas puderam ser realizadas neste formato, assegurados todos os protocolos sanitários da COVID-19. O segundo momento de coleta de dados foi realizado por meio de e-mail com os demais seis sujeitos da pesquisa, para tanto se utilizou novamente o roteiro de perguntas abertas. Quanto aos aspectos éticos da pesquisa, os sujeitos tiveram suas identidades preservadas, respaldados na Resolução CNS 196/96. E foram nomeados com pseudônimos. Além disto, foi apresentada a justificativa, os objetivos e os procedimentos do estudo, bem como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A partir deste estudo, pode-se chegar aos resultados, que serão apresentados no tópico a seguir, propiciando a clarificação do objeto proposto quanto aos seus objetivos e seu percurso metodológico.

Estudo de caso no colegiado de pedagogia da universidade do estado do amapá: Como forma de cumprir o caráter ético da pesquisa conforme supracitado, os entrevistados tiveram suas identidades preservadas, respaldados pela Resolução CNS 196/96, assim, foram-se organizados codinomes para cada qual. Quanto aos discentes: Norman (8º semestre), Jon (8º semestre), Steve (6º semestre), Julian (6º semestre). Ao que se referem os docentes: Maiara (Professora de Sociologia da educação, Metodologia Científica, Educação, diversidade e Interculturalidade), Nadja (Professora de Sociologia da Educação, Sociedade, Trabalho e Educação, Educação para as Relações étnicas raciais, Educação Indígena, Educação em Comunidades Afrodescendentes) e Paulo (Professor de Pedagogia em Ambientes não escolares, TCC I e II, ATP).

Maria (Coordenadora do Curso de Licenciatura em Pedagogia). O critério de escolha dos entrevistados, quanto aos discentes consistiu em dois aspectos: Ser pertencente à comunidade LGBTQIA+ e estar cursando a partir do 6º semestre. Quanto aos docentes, o critério utilizado foi a atuação em disciplinas que tratassem de diversidade na universidade, e tempo de trabalho na universidade de no mínimo quatro anos, tempo de duração da graduação de licenciatura em Pedagogia consoante apresentação nos aspectos metodológicos. Ao que tange os discursos docentes, quando questionados, foram unânimes acerca da UEAP como expoente em torno desta causa, assim, demonstrando caráter ativo através da realização de eventos, conforme destaca a professora Mayara “Sim. Frequentemente tem rodas de conversa sobre a questão e palestras.” bem como iniciativas

de grupos de estudos consoantes se podem visualizar na fala da professora Nadja:

A universidade promove sim. Na filosofia há um grupo de estudos e pesquisas sobre feminismo e gênero. A professora Dilneia Couto, o professor Rafael Silva e a professora Kátia Paulino são os expoentes da universidade nessa atuação. A professora Marineide de Almeida também atua com a temática. (...) Além da movimentação no grupo de estudos e pesquisa esses docentes comumente realizam eventos, palestras com essa temática. (...) Na universidade a organização estudantil quanto ao tema são evidentes. O representante estudantil do CONSU, André Lopes, estudante de Filosofia, é referência na temática no Estado do Amapá. Recentemente, a universidade reservou cotas para transexuais, travestis e transgênero. Possivelmente, essa mudança deve-se a gestão da universidade, mas muito também a organização estudantil. Lembro-me do DCE ter um departamento só sobre a temática. (NADJA, 2021).

Nesta perspectiva, pode-se destacar a na Resolução nº437/2020 que reserva 5% das vagas para estudantes transgêneros e transexuais em seus cursos de graduação sendo uma das ações da universidade do estado do Amapá quanto à questão de gênero e sexualidade e o traslado da ideologia heteronormativa ao público LGBTQIA+. O nome social constitui outro fator relevante nesta discussão, embora já se tenha este direito nas universidades, inclusive na UEAP, ainda se tem os conflitos identitários que permeiam questões decorrentes de solidificações das questões de gênero e sexualidade, novamente incidindo na aceção de identidades subversivas, no apagamento de existências não decorrentes do eixo que se estabelece pela linguagem tradicionalista que estabelece definições dicotômicas. (FOUCAULT, 1969). Além disto, a realidade das travestis e transexuais é que 82% deixam a escola, tendo conflito com o ensino básico (BARBOSA, 2019). Condições precárias no Amapá incidem na prostituição, na marginalização. Desta forma, fazendo-se necessários propósitos de debates que necessitam de políticas públicas que possam complementar as conquistas normativas, e propiciar maior visibilidade ao tema. Desta maneira, promovendo maior alcance a este público, o evento TRANSformação citado anteriormente constitui importante ferramenta, por exemplo, da resolução 437/2020, fazendo com que haja maior abrangência desta informação. Estas causas são inerentes a esta lacuna, e com devido esforço se labuta para maior abrangência. No ano de 2021 já foi registrado 12 (doze) matrículas, por meio da resolução 437/2020 nos diferentes cursos que a universidade proporciona, inclusive, 2 (duas) matrículas no curso de pedagogia. Destaca-se, desta forma, a necessidade de se ampliar o debate sobre preconceito e homofobia no ambiente da universidade. Estas ações permeiam embate aos movimentos conservadores que estão em evidência, impulsionados pelos discursos conservadores, de modo mais massivo em decorrência do governo de Jair Bolsonaro. A universidade se destaca como ambiente social suscetível a promoção de ações que possam ir de encontro à questão heteronormativa, quanto aos acadêmicos, novamente foi-se destacado o papel dos eventos e programações em torno da temática de gênero e orientação sexual, com vistas ao embate da ideologia heteronormativa e seus efeitos, e a democratização de um acesso a população.

Quando questionados acerca das contribuições do colegiado de pedagogia da UEAP quanto ao debate da diversidade de gênero, orientação sexual e heteronormatividade no ambiente universitário e seus efeitos no cotidiano do aluno LGBTQIA+, evidenciou-se que há promoção de ações que convergem com o debate no ambiente universitário, com realces as reflexões temporais de sua promoção. Mas, em suma, partiram da acessibilidade da instituição com a temática e sua ação como ambiente social suscetível as questões de pluralidades. Todavia, ao adentrar este estudo ao âmbito do colegiado de pedagogia, ações mais específicas foram encontradas de modo tangencial, sendo assim, uma não articulação com as ações universitárias. Incidindo numa fusão das temáticas que constituem o objeto da temática deste estudo, evidenciando a posição de Butler

(2003) acerca desta consolidação de eixos que existem por si, com isso, ocasionando em um apagamento dentro da própria comunidade LGBTQIA+. Quanto as suas vivências na universidade, todos relataram já terem vivenciado experiências com situações de discriminação, embora em alguns casos não tenha sido diretamente com o sujeito, conforme cita o acadêmico Steve (2021): “Diretamente comigo não, mas a gente percebe algumas piadinhas dos outros acadêmicos.”. O acadêmico Jon (2021) relata que nunca sofreu este tipo de discriminação na universidade, mas que sabe que elas ocorrem. Neste ínterim, pode-se observar uma perspectiva difusa que engloba a comunidade, sendo um fator relevante dentro do público LGBTQIA+ tendo em vista que a ideologia heteronormativa tem efeitos de modo intrínseco e extrínseco. Com isto, acadêmicos evidenciam a existência destas situações o que faz com que a universidade, bem como o colegiado estejam preparados para dar suporte e agir ao embate destes malefícios. A universidade se demonstra cristalina quanto esta abordagem, o que se busca e a reflexão a acerca do colegiado como promotor de ações e acolhimentos, assim como um articular das ações da universidade, tendo em vista que há acadêmicos LGBTQIA+ no curso de pedagogia, e, também, considerando os ambientes plurais de atuação, de multiplicidades de sujeito que os campos de atuação permitem ter contato. Fazendo, desta forma, indeclinável o trato com o tema de forma abrangente e minuciosa.

O protagonismo do Colegiado de Pedagogia para as discussões sobre gênero e diversidade de orientação sexual

Percepções dos acadêmicos: Nesta perspectiva, destaca-se a fala do acadêmico Jon quando questionado acerca da abordagem em sala de aula da temática de diversidade de gênero e sexualidade nas disciplinas que envolvem esta temática, o discente ressalta que somente em 1 (uma) matéria houve contato com a temática:

Eu considero que há pouquíssimos debates. Infelizmente a gente teve 8 semestres e até agora a única disciplina que teve essa promoção real em sala de aula, foi a disciplina da professora K de Gênero, que ela falou sobre gênero e sexualidade de uma maneira assim bem aberta, bem descontraída, e eu acredito que deveria ter mais a promoção deste debate porque a gente vai querendo ou não estar lidando com pessoas diferentes em sala de aula, seja relacionado a questão de cor e religião, credo e também sexualidade que querendo ou não é um assunto bem pertinente, então acredito que a gente, o colegiado, a sala de aula, ela deveria ser um espaço dessa formação para que o pedagogo, ele se sinta preparado em toda totalidade pra lidar com qualquer tipo de situação dentro da sala de aula quando ele for atuar mesmo como professor (JON, 2021).*

Assim, sendo como ponto de acolhimento ao acadêmico LGBTQIA+ no curso de pedagogia, partindo-se de sua própria matriz curricular, já não se expressa esta contemplação, sendo somente uma disciplina responsável por um debate abstruso não é o suficiente para o aprofundamento destas questões, tendo reflexo na sua formação e seus colegas de curso ao que tange o tema, tendo em vista que estes potencialmente terão que lidar com estas questões em seus futuros campos de atuação, considerando os diferentes segmentos que o curso de licenciatura em pedagogia proporciona. O acadêmico complementa seu discurso assentando seu posicionamento acerca de que no colegiado de pedagogia não há promoção deste debate, e ratifica a divergência da matriz curricular quanto à abordagem desta temática: “Não, também não. Principalmente na questão das reuniões que, quando a matriz ela vai ser direcionada, ela vai ser distribuída para os professores, não há muito esse debate sobre essas questões de gênero, de sexualidade. Deveria ter, porque nós estamos sendo formados pedagogos e querendo ou não a gente pode sim ou não lidar com essas situações, dentro da sala de aula, então eu acho que a gente deveria pelo menos o colegiado deveria abordar estas questões de uma maneira mais pertinente.” (JON, 2021).

Norman ao ser questionado acerca da abordagem em sala de aula teve seu posicionamento convergente ao discurso em prelúdio do acadêmico de Jon, de uma abordagem superficial que deveria ser aprofundada devido à complexidade do assunto, o acolhimento ao acadêmico LGBTQIA+ e seus impactos profissionais futuros do licenciando em pedagogia, destacando, também, estereótipos a imagem desta comunidade, conforme Chauí (2006) discorre reflexos que reforçam individualidades normatizadoras em detrimento do reconhecimento das multiplicidades. O acadêmico Norman (2021) relata que já sofreu discriminação em sala referentes a sua orientação sexual através de perguntas polêmicas e piadinhas de cunho pejorativo, de modo a, também, sentir-se coagido a dar opiniões, isto referente a si e a observar outros sujeitos LGBTQIA+, desta forma, demonstrando este atento a situações com sujeitos que pertencem a comunidade, conforme os outros acadêmicos relataram. Experiências de si e com outrem ao seu redor. Restou evidente os reflexos heteronormativos no curso de pedagogia entre as concepções dos demais sujeitos, com vistas à promoção de ideais que enfatizam estereótipos, ações através dos discursos, da linguagem, que permeiam pensamentos conservadores, ações que devem ser tratadas dentro do colegiado, da abordagem curricular em prelúdio, e com extensões das ações universitárias. As discriminações em diferentes formas, pois, comumente tem-se o equívoco de preconceito e violência somente em suas acepções físicas ou explícitas, desconsiderando ações implícitas que tem impacto na promoção de discriminações, consoante se podem observar na fala do acadêmico Steve ao citar “piadinhas” que revelam isto, bem como na fala de Norman que expõe estes pensamentos que partem desta conjectura da linguagem.

Percepções dos docentes: Os sujeitos desta discussão são os docentes e a coordenação pedagógica do Curso de Pedagogia da UEAP. O critério de seleção consistiu na atuação em disciplinas que tratassem acerca das diversidades no Colegiado, bem como seus tempos de atuação igual ou superior a quatro anos (tempo de graduação de licenciatura em pedagogia) de modo a ter contato, no mínimo, com uma turma formada. Ao que se refere à coordenação, o critério foi sua posição frente ao colegiado, tendo em vista que o lócus deste estudo se centra neste. Quanto aos docentes e a coordenação pedagógica, a perspectiva não translada a posição apontada pelos acadêmicos, foi expressivo o debate acerca das ações da universidade, apesar do embate temporal de promoção das diligências, no entanto, no colegiado pôde-se visualizar que a questão ainda é tangencial. Analisando-se os conteúdos emergiram-se o caráter de gênero implícito, a partir das entrevistas dos professores Paulo, Maiara e Nadja, e da coordenadora de curso (Maria). Como acepção inicial, apresentar-se-á um quadro comparativo com intuito de apresentar estes sujeitos e seus codinomes subsidiando as abordagens quanto à temática em questão, e seu tempo de vivência na universidade, demonstrando ínterim expressivo para tal debate, e sua relação formativa comparada à abordagem atual no colegiado. O docente Paulo, bem como a docente Maiara, discorreram que a temática, imersa no âmbito do colegiado, é trabalhado em suas disciplinas específicas, no entanto, pode-se observar que somente uma é destinada a temática, desta forma, incidindo na pouca expressividade desta quanto conteúdo e com efeitos externos ao seu debate. Para a docente Nadja, assentou que acredita que a temática é pouca trabalhada, destacou diversos projetos existentes no colegiado com abrangência aos diferentes segmentos da pedagogia, mas que sente carência nesta temática de modo específico. Quanto à coordenadora do Curso, professora Maria, quando questionada acerca de projetos com a temática de gênero e diversidade, afirmou que no que se refere aos grupos de pesquisa, não há esta abordagem, mas que há uma linha de pesquisa, e alguns trabalho de conclusão de curso: A docente Maiara, por seu turno, aborda de modo mais holista, tendo em vista que a docente é a professora da cadeira da disciplina de diversidade, gênero e interculturalidade que constitui a única matéria que abrange esta temática como objeto, e conforme também depoimento dos alunos, a docente compreende uma abordagem pertinente sobre a temática e promove debates e discussões conforme pode visualizar na fala do acadêmico Jon (2021) “a gente teve oito semestres e até agora a única disciplina que teve essa promoção real em sala de aula, foi a

disciplina da professora Maiara de Gênero, que ela falou sobre gênero e sexualidade de uma maneira assim bem aberta, bem descontraída”. E conforme a docente, diz que em suas aulas aborda o assunto através de “Por meio de aulas diretas sobre o assunto, por meio de exemplos de ilustração do conteúdo e por meio de discussões sobre o tema.” (MAIARA, 2021). A coordenadora do Curso destacou que não há iniciativas referentes a projetos de pesquisa realizados pelos grupos de pesquisa do colegiado com a temática da diversidade de gênero e de orientação sexual, mas que há uma linha de pesquisa concernente à temática, e o outro eixo que destaca é a existência de alguns trabalhos de conclusão de curso neste sentido:

Depende. Em se tratando de projetos de pesquisa realizados pelos grupos de pesquisa existentes no colegiado de pedagogia (GISAE, GEPPEG, LIS e GEPEA), até o presente momento não há. O que existe é uma linha de pesquisa desenvolvida pelo GEPPEG. Mas se levarmos em consideração os projetos de trabalho de conclusão de curso (TCC) sim. Existem alguns. (MARIA, 2021).

Quanto à existência de interesse ou participação de docentes no debate da temática de diversidade de gênero e orientação sexual, esta defende a abrangência da matriz curricular do curso de pedagogia das temáticas sobre diversidades, o que pode ser visualizado na abordagem dos professores entrevistados. No entanto, destaca-se que de modo específico esta abordagem abrange somente uma disciplina. A coordenadora destaca uma disciplina chamada “educação, gênero, sexualidade”, que detém caráter opcional, e certamente é desconhecida pelos acadêmicos tendo em vista que todos os entrevistados citaram somente a disciplina de “educação, diversidade e interculturalidade” como concernente a abordagem da temática em questão. Quando questionada acerca da existência de acompanhamento ao aluno LGBTQIA+ em relação à discriminação ou acolhimento, a professora demonstrou que não há este dispositivo no Colegiado de pedagogia. Destarte, as percepções dos docentes configuram a uma fragilidade da abordagem da temática pelo colegiado, de modo que as contribuições são tangenciais e não abarcam a complexidade da temática, deste modo, não demonstrando o acolhimento e valorização da temática como importante expoente frente à ideologia heteronormativa e seus efeitos dentro e fora da comunidade LGBTQIA+.

CONCLUSÃO

A questão do estudo em gênero, sexualidade e orientação sexual detém relevância em razão de um histórico de luta e de reconhecimento. Embora, hoje, muitos direitos foram conquistados, está temática ainda se encontra à margem, ainda se camufla sua discussão. De modo que, há dois paradigmas: O apagamento, e a tentativa de fusão entre gênero, sexualidade e orientação. O que reforça a exclusão e o preconceito. Essa discriminação ultrapassa o preconceito contra o homossexual de forma ampla, e o insinua dentro da sua própria comunidade. Isto é aversão ao que é feminino em prol de uma criação de um estereótipo masculinizado, já que muitos gays creem que o homossexual que não apresenta sua orientação sexual não sofre discriminação. São comuns frases como “Não curto afeminado”, “tudo bem ser gay, só não seja escandaloso”, “A afeminado suja a imagem”, “Bicha”, “viadinho” entre outros. A ideia por trás do discurso de “naturalidade” alenta o apagamento da diversidade de gênero, sexualidade e orientação em sociedade, o que demonstra uma forma de poder entre o suposto “anormal”. O que faz que com muitos não demonstrem quem realmente são, no âmbito educacional, que também é circunscrito através da predominância heteronormativa, o assunto se torna um tabu, a discussão se limita a aspectos biológicos dissociados do prazer, da sua essência.

O controle dos corpos incide nas identidades dos sujeitos, em suas pluralidades, de modo a omitir-lhes em prol de um processo de normatização, uma regulamentação da vida do indivíduo, constituindo efeito na promoção de uma ideologia dicotômica: A ideologia

heteronormativa. Estes efeitos, e sua relação com heterossexualidade compulsória alicerçam-se na posição dicotômica e de papéis sociais inerentes a cada qual, permeados pela edificação conservadora e patriarcal que a sociedade se edificou. Com isto, uma regulamentação que não “obriga” o sujeito a ser heterossexual, mas sim que este guie sua vida nos moldes heteronormativos, com isto, tendo efeito de modo intrínseco a comunidade LGBTQIA+, a construção do ideário que estereotipa o feminino ou formas subversivas, fazendo com que haja discriminação imersa dentro deste público, uma forma de transladação da ideologia heteronormativa que atinge os sujeitos de modo endógeno dentro de sua comunidade. As vivências tiveram impactos na relação quanto à promoção de debate em âmbito geral (universidade) e específico (colegiado) de modo a permear a ciência da existência dos impactos heteronormativos que vão de encontro à existência do sujeito LGBTQIA+ em tipos de discriminações, mesmo que tratadas como “sutis”, mas que para o indivíduo LGBTQIA+ é árdua. Isto é, ações que incidem na abordagem de preconceitos camuflados de manifestação não diretamente agressiva, mas que constituem violência, tendo em vista a pluralidade destas manifestações. Quanto às ações propostas pela universidade, pode-se compreender a acessibilidade quanto ao debate das diversidades elencadas, constituindo eixo basilar para a clarificação de conhecimentos e reconhecimentos, sendo inerente a posição de ambiente púvio as pluralidades de gênero e orientação sexual, constituindo declinação positiva quanto à tomada de atitude referente à homofobia e seus efeitos no cotidiano do aluno LGBTQIA+. No entanto, ressalta-se a reflexão destas ações como ímpeto para o eixo fulcral deste estudo que é as ações no colegiado de pedagogia as quais não puderam ser visualizadas como extensivas, sendo o debate geral (universidade) somente o caminho para esta abertura, já que intrinsecamente pode-se encontrar uma abordagem tangencial não extensiva às ações da universidade, o que deve ser estudado para que, assim, se possa agir de modo justaposto entre universidade e o colegiado de pedagogia. Deste modo, impulsionam-se ações que abordem a temática como constante, e não esporádica, valorizando a acessibilidade da universidade quanto ao tema. Ações conjuntas e coletivas, bem como revisões curriculares, assim, constituindo uma relação mútua. Neste ponto, fazendo relação com o aspecto mais expressivo na discussão quanto à percepção discente: A não profundidade quanto à expressão da temática na matriz curricular, a qual, através de sua analítica matricial, bem como dos discursos dos sujeitos pode-se visualizar somente uma matéria destinada à exploração desta temática tão complexa e abrangente, sendo considerada insuficiente. Assim, relacionando-se três pontos como inerentes: As consequências através do diálogo, a ampliação da temática na matriz curricular, e as articulações dos eventos universitários ao colegiado de pedagogia. O reconhecimento pode-se ser vislumbrado a partir da percepção quanto à necessidade de ampliação do debate pela perspectiva da matriz curricular no curso e da importância da articulação das ações da universidade com o colegiado de modo intrínseco (como sujeito LGBTQIA+ no ambiente universitário), bem como futuros educadores, consoante descobrirem pelo viés de atuação quanto as diferentes situações que um educador potencialmente vivenciará. Desta forma, assentindo quanto a sua vivência e seu papel como futuro educador.

As percepções docentes declinaram-se também como púvias a ampliação deste debate de modo endógeno ao colegiado, sendo plausível a reflexão quanto ao aspecto matricial e as ações em justaposição, os docentes assentiram quanto à importância desta promoção e se mostraram positivos a este debate ao que lhes caber em suas competências docentes. Desta forma, o estudo entre educação e diversidade e sua abordagem configurou carência curricular, assim, tendo relação aos relatos de discriminações através de discurso camuflados de “brincadeira”, que tem relação com as lacunas acerca da temática. Assim, uma abordagem tangencial de um assunto complexo e abrangente que permeia desconhecimentos, desta maneira, ímpetos para manifestações que mesmo não tão diretas afetam os sujeitos LGBTQIA+, uma forma de minimizar discursos preconceituosos. A partir do estudo geral e da compreensão específica, pode-se alinhar a necessidade de maior abrangência deste debate como forma de acolhimento e de alicerce formativo no curso

de licenciatura em pedagogia, para agir na edificação de controle destes corpos que buscam cristalizar suas identidades de acordo com a matriz regulamentar cultural orquestrada pelos ares da ideologia heteronormativa, constituindo padronizações e fusões das diversidades em prol dos discursos binários e dicotômicos.

Agradecimento: Agradecemos o suporte ao estudo proporcionado pela Universidade do Estado do Amapá (UEAP-BRASIL) e a colaboração imprescindível do Colegiado de Pedagogia da UEAP.

REFERÊNCIAS

- AMAPÁ. *Lei 1999*, de 21 de março de 2016. Assembleia Legislativa do Amapá, 2016. Disponível em: http://www.al.ap.gov.br/ver_texto_consolidado.php?iddocumento=55474. Acesso em 20/07/2021.
- _____. *Lei 996*, 31 de maio de 2006. Assembleia Legislativa do Amapá, 2016. Disponível em: http://www.al.ap.gov.br/ver_texto_consolidado.php?iddocumento=21882. Acesso em 20/07/2021.
- BARDOSA, A.. *'Diário de Escola': Programa auxilia na reinserção de travestis e transexuais na escola*. São Paulo: O Globo, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/educacao/noticia/2019/10/07/diario-de-escola-programa-auxilia-na-reinsercao-de-travestis-e-transexuais-na-escola.ghtml>. Acesso em 17/05/2021.
- BORRILLO, D.. A homofobia. Em Lionço, T. & Diniz, D. (Orgs), *Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio* (pp. 15-46). Brasília: LetrasLivres / Editora da Universidade de Brasília, 2009.
- BRASIL. *Lei n° 9394*, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 18/06/2021.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CHAUÍ, M. *Cidadania cultural: o direito à cultura*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- DINIS, N. F. *Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência*. Educar em Revista, n. 39, 2011.
- FOUCAULT, M. (1969). *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- _____. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. 29ª. Ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- JUNQUEIRA, R. D. *A pedagogia do armário: heterossexismo e vigilância de gênero no cotidiano escolar*. In: Revista Educação Online PUC-Rio. n° 10, p.64-83, 2012.
- _____. *Currículo heteronormativo e cotidiano escolar homofóbico*. Revista Espaço do Currículo, v. 2, n. 2, 2010.
- LOURO, G. L. *Gênero. Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2011.
- _____. *Um Corpo Estranho: Ensaio sobre Sexualidade e Teoria Queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Parecer n° 05 - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia*, 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf. Acesso em: 18/07/2021.
- _____. *Resolução n° 01 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura*, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em: 18/07/2021.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Resolução n° 196*, de 10 de outubro de 1996. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html. Acesso em 10/08/2021.
- NASCIMENTO, C. O. C.; JESUS, R. C. D. P. *Currículo e Formação: diversidade e educação das relações étnico-raciais*. Curitiba: Progressiva, 2010.
- OLIVEIRA, R. R.; BRANCALEONI, A. P. L.; SOUZA, T. N. *Formação de professores para o trabalho com o tema sexualidade no cotidiano escolar*. Góndola, Enseñanza y Aprendizaje de las Ciencias, Bogotá, v. 8, n. 2, p. 34-49, 2013.
- SUDRÉ, L. *Assassinatos de pessoas trans aumentaram 41% em 2020: relatório da antra mostra que 175 mulheres trans foram assassinadas ano passado; 78% das vítimas fatais eram negras*. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/01/29/assassinatos-de-pessoas-trans-aumentaram-41-em-2020>. Acesso em: 11 nov. 2021.
- VENCATO, A. P. *Estereótipos acerca de modelos não tradicionais de família em um curso de formação docente*. Áskesis, São Carlos, v. 4, n. 1, p. 9-22, 2015.
- UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ. *Resolução n° 437*, de 2020. Conselho Superior Universitário. Disponível em: <http://www2.ueap.edu.br/Arquivos/Resolucoes/2020/1768248032.pdf>. Acesso em 20/07/2021.
- YIN, R. K. *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2011.
